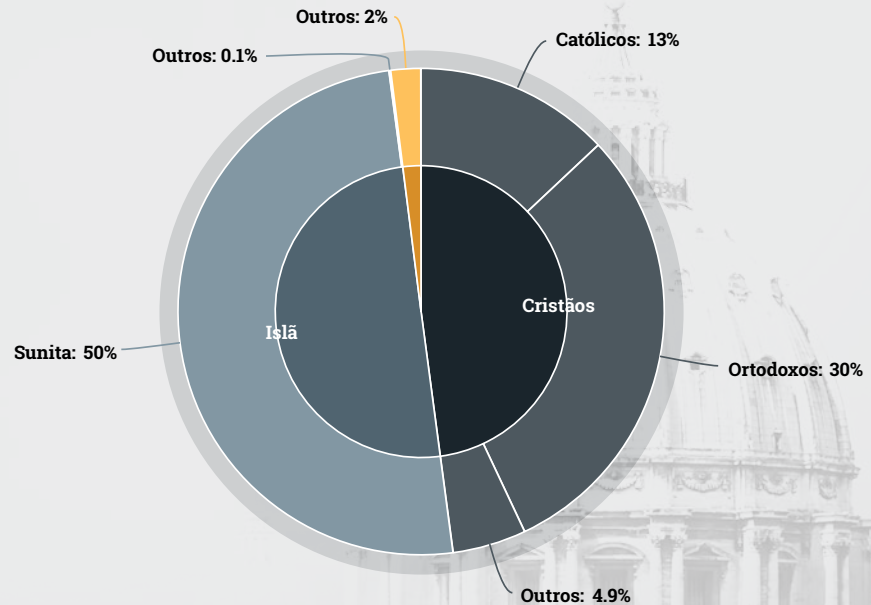


Eritreia



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

Em 1997, cinco anos após a independência da Eritreia, o Parlamento aprovou a Constituição do país. O artigo 19º afirma: “Cada pessoa deve ter direito à liberdade de pensamento, consciência e crença.” Além disso, acrescenta: “Cada pessoa deve ter a liberdade de praticar qualquer religião e de manifestar a sua prática”.^[1] Contudo, a Constituição como tal nunca foi implementada e as autoridades governaram sempre por decreto. Num desses decretos, emitido em 1995, o Governo indicou que apenas quatro comunidades religiosas iam ser reconhecidas pelo Estado: a Igreja Ortodoxa da Eritreia Tewahedo, a Igreja Evangélica Luterana da Eritreia, a Igreja Católica e o Islamismo.

Nos últimos anos, o Governo garantiu o controle da Igreja Ortodoxa e da Comunidade Muçulmana não apenas pagando os salários das suas hierarquias e disponibilizando-lhes meios de transporte, mas também controlando as suas atividades e recursos financeiros. No entanto, a Igreja Católica e a Igreja Luterana continuaram mantendo a sua autonomia.

As quatro comunidades religiosas autorizadas ainda necessitam de autorização do Departamento dos Assuntos

Religiosos para imprimirem e distribuírem literatura religiosa entre os seus fiéis. Os seus líderes religiosos e os meios de comunicação com quem têm ligações formais estão proibidos de comentar assuntos políticos. São igualmente obrigadas a submeter relatórios semestrais ao Governo sobre todas as suas atividades. Cada ano, o Departamento dos Assuntos Religiosos reitera a disposição contida no decreto de 1995 relativa às organizações religiosas. Esta disposição instrui as quatro religiões reconhecidas a deixarem de aceitar fundos do estrangeiro, a operarem com base na autossuficiência financeira e a limitarem as suas atividades apenas ao culto religioso. O decreto afirma ainda que, se as Igrejas quiserem envolver-se em trabalho social, devem registrar-se como ONG e ceder às autoridades a supervisão dos seus financiamentos estrangeiros. Na prática, contudo, estas proibições não são aplicadas ou observadas.

Além das quatro religiões oficialmente reconhecidas, os outros principais grupos de fé são os Cristãos Pentecostais, os Evangélicos e as Testemunhas de Jeová. Estes grupos foram tolerados até 2002, quando foi exigido por decreto que as suas organizações se submetessem a um registro com informação detalhada sobre os seus líderes. Foram avisados de que o não cumprimento resultará em serem declarados ilegais.

INCIDENTES

Durante o período em análise, o Governo continuou a deter ou perseguir membros de alguns grupos religiosos, incluindo

[1] <http://www.eritrea.be/old/eritrea-constitution.htm>

pelo menos oitenta e cinco membros das Testemunhas de Jeová detidos, que foram destacados com um tratamento particularmente duro por causa da sua recusa em usar armas ou participar no programa de milícias de cidadãos^[2]. Os membros desta denominação são referidos por lhes serem sistematicamente recusados empregos públicos e a emissão de cartões de cidadão.

Um dos pontos de discórdia entre o Governo e os grupos religiosos foi sempre o fato de até o clero e outros religiosos serem obrigados a prestar serviço militar. O serviço militar obrigatório é organizado por decisão das autoridades para pessoas com até 50 anos. Na prática, contudo, até este limite é teórico e na realidade há muitos homens com mais de 50 anos que continuam a cumprir o serviço militar.^[3] No passado, foi acordada uma exceção parcial para os sacerdotes e seminaristas da Igreja Católica, mas desde 2005 que o clero e os seminaristas católicos têm, em princípio, sido passíveis de serem chamados para o serviço militar e estão proibidos de viajar para o estrangeiro. Por causa disto, as ordens religiosas católicas não conseguem enviar os seus seminaristas e irmãs religiosas para realizarem estudos fora do país^[4]

Entre 2007 e 2008, o Governo de Asmara forçou dezoito missionários católicos (homens e mulheres) a abandonarem o país, recusando-se a renovar as suas autorizações de residência no país. Nenhum missionário estrangeiro conseguiu obter um visto permanente. Até mesmo os religiosos que visitavam temporariamente o país, por exemplo para orientarem retiros religiosos para as congregações, não conseguem obter vistos para fins religiosos, mas são obrigados a pedir um visto de turismo e é-lhes exigido, pelo menos em teoria, que residam em hotéis.

Apesar da atmosfera repressiva que reina no país, em junho de 2014 os quatro bispos católicos publicaram uma carta pastoral intitulada “Onde está o teu irmão?”, marcando o 23.º aniversário da independência do país. No documento, os bispos condenam o êxodo em massa dos jovens e criticam a falta de liberdade religiosa no país.^[5] O Governo não comentou esta carta pastoral, pelo menos em público.

Um relatório confidencial entregue ao Sínodo dos Bispos em Roma em junho de 2015 condenava a alegada discriminação que a Igreja Católica estava sofrendo às mãos do Governo eritreu por causa da sua resistência ao controle estatal. O relatório afirmava: “Só a Igreja Católica está ainda ativa e é relativamente independente. O Governo não gosta disto e tem planos estabelecidos para a enfraquecer. Primeiro, tentando levar os jovens agentes pastorais (sacerdotes e religiosos) a cumprir tempo de serviço militar ilimitado. Segundo, querendo confiscar (...) escolas, clínicas, jardins de infância e centros de promoção da mulher. Terceiro, querendo controlar e

limitar as atividades financeiras da Igreja. Trazer dinheiro do estrangeiro não é desejado e as iniciativas de geração de rendimento por parte da Igreja são consideradas comerciais.”^[6]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Em 2014, a Eritreia foi nomeada pelo Departamento de Estado dos EUA entre os oito “países de especial preocupação” que violam gravemente os direitos de liberdade religiosa dentro das suas fronteiras (Birmânia, China, Eritreia, Irão, Coreia do Norte, Arábia Saudita e Uzbequistão). O fato do governo ter perseguido a mesma política de exercer um controle apertado sobre as instituições religiosas e de limitar as suas atividades mostra que pouco mudou desde então. No que diz respeito à liberdade religiosa, nada parece sugerir que qualquer mudança positiva possa ocorrer na Eritreia no futuro próximo.

[2] <https://www.amnesty.org/en/documents/afr64/2930/2015/en>

[3] Entrevista com um sacerdote católico eritreu.

[4] <http://www.tesfanews.net/four-eritrean-catholic-bishops-issue-pastoral-letter-decrying-emigration/>

[5] Documento obtido de uma fonte confidencial.

[6] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper>